CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI : 01-0529/1996 DE 1996

MATERIA LEGISLATIVA: PL 01-0529/1996 DE 04/06/96

PROMOVENTE: VEREADOR TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO

E M E N T A:

Proibe o ingresso de novos veiculos com motor dianteiro para operação na frota de onibus do Sistema de Transporte coletivo Municipal , e dá outras providências.

O B S E R V A C O E S:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
26/10/2010 16:53:35
00000014188-74

ARQUIVADO EM 19/11/96

REGINA APARECIDA BARROS
CHEFE DE SEÇÃO Técnica II

Câmara Municipal de São Paulo

118

Folha nº 0 do proc.
nº 529 de 1996

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 04 JUN 1996
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA;
POLUIÇÃO, MEIO AMB. E M.A.;
ATIVIDADE ECONÔMICA;
FINANÇAS E ORÇAMENTO.
PRESIDENTE

01 - PL
01-0529/1996

PROJETO DE LEI Nº

"Proíbe o ingresso de novos veículos com motor dianteiro para operação na frota de ônibus do sistema de transporte coletivo municipal e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Artigo 1º - Fica proibido o ingresso de novos veículos de transporte coletivo com motor dianteiro, para operarem na frota de ônibus do sistema de transporte coletivo municipal.

Parágrafo 1º - Somente os veículos com motor dianteiro até a promulgação da presente lei, que já estavam operando no sistema de transporte coletivo municipal, serão autorizados a circular durante um período máximo de 7 (sete) anos.

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias , contados a partir do data de sua publicação.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrá por conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas os disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de junho de 1996.

SEÇÃO DE REVISÃO
04 JUN 1996
- FT. 10 -

Tereza Cristina de S. Lajolo
TEREZA CRISTINA S. LAJOLO
Vereadora - PT

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP

CÂMARA [illegible] PAULO
SEGUE [illegible] s) rubri-
cado(s) s[illegible] 24
[illegible]ção sob
fls. 05 / 11 / 06 / 96

Folha nº 02 do proc.
nº 538 de 1996

JUSFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo garantir a melhoria do padrão da frota de ônibus utilizada no transporte coletivo de São Paulo, com a proibição do ingresso de veículos com motor dianteiro na frota em operação.

Isto propiciaria a diminuição gradativa destes veículos a partir da renovação periódica da frota.

A substituição por veículos com motor traseiro ou central, comprovadamente melhora as condições de trabalho dos operadores além de permitir um layout interno mais apropriado, com mais conforto e facilidade de embarque e desembarque para os usuários.

A responsabilidade de um motorista de ônibus que conduz diariamente centenas de pessoas pelas ruas da cidade é notória mas não condiz com as condições de segurança e trabalho o que estão submetidos no seu dia a dia.

Trânsito congestionado, jornada de trabalho extensa, ônibus lotado, passageiros muitas vezes irritados, frente a má qualidade do serviço, formam um ambiente de trabalho nada saudável para os operadores.

Por último, as condições do veículo não contribuem em nada para facilitar a vida do motorista.

Veículos com projetos ultrapassados, construídos sobre chassis que melhor serviriam a caminhões, sem bancos adequados para o motorista e o cobrador, com condições agravadas por esquemas de manutenção precárias.

Entre as diversos problemas de saúde apresentados pelos motoristas e cobradores, os problemas com a audição tem merecido atenção especial dos órgãos de representação.

Pesquisa desenvolvida pela FUNDACENTRO (1991) por solicitação do Sindicato dos Motoristas do Ramo de Transporte Urbanos, Rodoviários e Anexos de São Paulo, analisou a exposição ao ruído no ambiente cotidiano de trabalho.

O instrumental empregado e os critérios de avaliação utilizados correspondem aos internacionalmente aceitos e adotados pela

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP

FUNDACENTRO. As medições de ruído foram feitas na altura da zona auditiva dos trabalhadores, nas condições normais existentes na função.

Através da análise dos dados chegou-se às seguintes conclusões:

1. O valor da dose obtida está diretamente relacionado com a localização do motor, ou seja, o motor é a principal fonte geradora de ruído.

2. As demais fontes geradoras de ruído, tais como: a poluição sonora externa, o barulho dos passageiros, porta automática, buzina, etc, pouco influenciam no valor final da dose obtida no que se refere a caracterização de um risco potencial de surdez ocupacional. Entretanto, estes fatores podem provocar grande irritação e incomodo sendo potenciais causadores de outros problemas.

3. O trajeto percorrido pelo ônibus também pouco influência no valor da dose obtida.

4. Nos horários de "rush", ou seja, de trânsito mais intenso, a dose de ruído obtida tende a ser menor, pois nestes horários o ônibus permanece mais tempo parado ou em baixa velocidade acelerando menos o motor e gastando mais tempo para cumprir seu percurso.

5. As doses obtidas para os motorista que trabalham em ônibus com motor localizado na parte dianteira, ultrapassaram a unidade (1db) ou se aproximaram bastante dela.

6. Todas as doses obtidas para os cobradores não ultrapassaram a unidade (1db), não caracterizando um risco potencial de surdez ocupacional, vale ressaltar que com a modificação da entrada dos passageiros pela porta da frente, a catraca foi transferida para próximo da frente dos ônibus. Desta forma nos ônibus com motor na parte dianteira, a dose de ruído obtida para o cobrador tende a ser maior e tende a se aproximar da dose obtida para o motorista.

Em outra pesquisa realizada pela UNICAMP e Secretaria da Saúde do Município em 1991, examinou 104 motoristas, concluiu que 32,7% dos examinados possuíam lesão auditiva causada pelo trabalho, e aponta que "A deficiência nas frequências da 'surdez ocupacional' significa que, com o envelhecimento, a perda da capacidade de ouvir rádio, televisão ou a voz

Folha n. 04 do proc.
n.º 529 de 1996

humana irá se acentuar muito e não poderá ser corrigida com aparelhos de surdez. Embora não atrapalhe o serviço atual, irá reduzir sensivelmente a qualidade de vida e da comunicação após os 50 anos".

Em outra pesquisa, encomendada pelo Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores no Ramo de Transporte de São Paulo à Fundacentro e a USP, com o objetivo de conhecer melhor as condições de saúde e trabalho dos operadores (utilizando-se aplicação de questionários), no item que abordava a posição do motor, obteve-se as seguintes observações quanto ao motor dianteiro:

26% - Colocaram que o motor solta fumaça na cabine.

83% - Queixaram-se que o motor causa calor na cabine

73% - Queixaram-se do barulho do motor.

Os trabalhos apresentados mostram o problema do ruído excessivo como um item que compromete as condições de trabalho dos operadores.

Alegações de que o ruído excessivo pode ser controlado com equipamentos de vedação que isolaria o motor, tem-se mostrado inconsistentes. Os veículos com "vedação" quando novos apresentam valores baixos de ruído. Com o passar do tempo a falta de manutenção da "vedação" implica em que o veículo fique exatamente como os "sem vedação".

A manutenção das empresas operadoras, via de regra, é precária, sendo que nem a manutenção básica é realizada adequadamente. Não dá para imaginarmos que a manutenção de um dispositivo de segurança para os operadores teria prioridade em uma oficina.

Assim, estamos propondo a eliminação gradual deste veículos com motor dianteiro da frota de São Paulo.

A especificação da frota, exigindo motor traseiro ou central já é praticada nos países mais desenvolvidos, inclusive em países da América Latina.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 05

do processo nº 529 de 19 96 / 10 / 06 / 96 (a)

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, nada consta:
Em 10-06-96

FÁTIMA A[illegible]RA MOTTI
Assist. [illegible]mentar

À Com. de Const. e Justiça
11 / 06 / 96

LUIZ ARETAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de Constituição e Justiça
Em 12/06/96 às 12:00 hs

ORLANDO KOCI MENDES
AUXILIAR LEGISLATIVO

Ao Nobre Vereador Mario Mello
para relatar
Sala da Comissão de Justiça
em 12 de junho de 1996

Presidente

SEGUE ..... juntado ..... nesta data, ... documento ..... e papel para informação, rubricado .....
sob folha ..... nº 06,07
Em 24/09/96
(a) .....

Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 06
Em 29 de 1996
O funcionário

PRORROGAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria, prorrogo o prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

Em, 27/06/96

Ver. Dárcio Arruda
Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça

Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 07 do proc
Nº 529/96
O funcionário

16 - PAR
16-1988/1996

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0529/96

Trata-se de projeto de lei, de autoria da Nobre Vereadora Tereza Cristina de Souza Lajolo, que proíbe o ingresso de novos veículos com motor dianteiro para operação na frota de ônibus do Sistema de Transporte Coletivo Municipal, e dá outras providências.

Apesar da nobreza da intenção, entendemos que a propositura não pode prosperar, como veremos a seguir.

É que o serviço de transporte coletivo municipal é um serviço público típico, aliás, serviço público de caráter essencial, nos termos do art. 30, V, da CF/88. Nesse diapasão, dispôs a Lei Orgânica, no seu art. 37, § 2º, IV, que são de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre serviços públicos.

Isto posto, tendo em vista o regime jurídico posto na Lei Orgânica sobre a matéria, a presente proposta encontra óbice legal quanto à sua iniciativa, pelo que, somos

PELA ILEGALIDADE

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 17/09/96

17 - RELCOM
17-1322/1996

dg/p10529-6

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 24 / 09 / 96
página 39 coluna 2
conferido:

À A. T. M.
Em, 24/09/96

ORLANDO KOCI MENDES
AUXILIAR LEGISLATIVO

Folha n.o 08 do proc.
n.º 529 de 19 96

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

São Paulo, 27 de setembro de 19 96.

Memo No. 235 / 96

Ao nobre Ver. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO

O P L- 529 / 96 , de sua autoria, será tido como ***REJEITADO*** em virtude de Pareceres ***CONTRÁRIOS*** das Comissões de Mérito, cabendo, entretanto, ***RECURSO AO PLENÁRIO,*** no prazo de ***30 (trinta) dias,*** conforme disposto no art. 80 do Regimento Interno.

RV: 23433.

RECEBIDO NA A. T. M.
em 27 / 9 / 96
às 16 horas

TEREZA LAJOLO
Vereadora

Atenciosamente

LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Legislativo Chefe - A.T.M.

SBC.-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....

do processo nº 01-529 do 19 96 /...../.....(a).....

Ao DT.94 - Sra. Chefe:

Arquivar o presente processo devido a ausência de recurso do autor.

18/11/96

LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Tec.Legislativo-Chefe-ATM

DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO

Proc. encerrado c/ 09 fls.

Arquivo em 19-11-96

O Func.º

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II